

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 18

CORREIO DA MANHÃ - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
ANFIP

Presidente prevê isenção de IR para quem ganha até R\$ 2,5 mil mensais 3

O OTIMISTA - FORTALEZA - CE - OPINIÃO
ANFIP

Imposto de Renda: ampliar isenção é urgente (Artigo) 4

CORREIO DO POVO ONLINE - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
ANFIP

Reunião com sindicatos e palestra; confira a agenda desta quarta-feira dos candidatos à
Presidência 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

De olho na aposentadoria 6

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - PRIMEIRO PLANO
SEGURIDADE SOCIAL

Endividamento recorde 8

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
ECONOMIA

Mulheres estão mais endividadas 9

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo e bancos lideram processos judiciais no País 10

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro sanciona Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2023 com vetos 12

PORTAL UOL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

STF retoma julgamento sobre alcance da nova lei de improbidade 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Mudança no teto em discussão no governo é criticada por economistas 15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Redes sociais falham em cumprir resoluções contra desinformação 17

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Candidatos prometem manter auxílio em planos de governo 19

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Consignado do Auxílio Brasil 20

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - 24H MUNDO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Petro apresenta projeto de reforma tributária 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação cai, mas comida segue em alta 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Causas da inflação permanecem (Editorial) 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Orçamento de 2023 não tem lugar para R\$ 142,7 bilhões em promessas 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Ainda o calote da PEC dos Precatórios (Artigo) 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Patrimônio de Lira mais do que dobra em 4 anos 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Supremo avalia reajuste de 18% e salário de ministros pode ir a R\$ 46 mil 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Poupança perde para inflação há quase dois anos 31

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa registra a sexta alta consecutiva 32

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Rentabilidade dos bancos deve evoluir, aponta o BC 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Gastos sociais e desaceleração global reforçam cautela do BC 34

Presidente prevê isenção de IR para quem ganha até R\$ 2,5 mil mensais

Por Marcello Sigwalt

A isenção do Imposto de Renda (IR) deve abranger quem ganha até R\$ 2,5 mil por mês. A proposta deverá constar do plano de governo de um eventual segundo mandato do presidente Jair Bolsonaro, a ser entregue ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), até o próximo dia 15, quando se encerra o prazo para o registro de sua candidatura à reeleição.

Intitulado como "diretrizes do plano de governo 2023-2026", o documento de 48 páginas assinala que Bolsonaro, se eleito, se compromete a continuar "perseguindo" a correção da tabela, mencionando que o Executivo enviou ao Congresso Nacional mensagem em que o governo pretende isentar quem possui rendimentos de até R\$ 2,5 mil mensais.

A princípio, em sua primeira candidatura à Presidência, em 2018, porém, Bolsonaro previa isentar quem auferisse até cinco salários mínimos ou R\$ 6.060, em valores atualizados hoje.

De acordo com os cálculos da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal (An-fip), a defasagem atual da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) chegaria a 31,3%.

De todo modo, a proposta presidencial em relação ao IR ainda poderá ser revisada, enquanto o plano de governo de Bolsonaro não é entregue oficialmente ao tribunal.

PRESIDENTE PREVÊ NOVA DEFLAÇÃO PARA ESTE MÊS

Ao comentar a deflação de 0,68% do índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) -que mede a **inflação** oficial do país - em julho último, o presidente Bolsonaro previu que deverá ocorrer novo recuo inflacionário neste mês de agosto.

"Todos estão sentindo que estão acontecendo coisas boas. Acabou de ser anunciada agora uma deflação, e tenho certeza que no mês que vem tem outra deflação, juntamente com anúncio do crescimento do número de empregos no Brasil", afirmou, em discurso na abertura do Salão Internacional de Avicultura e Suinocultura (SIA-VS) em São Paulo.

A deflação do IPCA no mês passado é a menor taxa do índice, desde o início da série histórica, em janeiro de 1980 e a primeira vez que este fica negativo, conforme divulgou ontem (9) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se de uma reversão de um período contínuo de alta, uma vez que em junho anterior, a **inflação** havia avançado 0,67%. Mesmo assim, a **inflação** acumulada em 2022 é de 4,77% e soma 10,07% nos últimos 12 meses.

Ainda de acordo com o IBGE, a última queda mensal significativa foi registrada em maio de 2020, quando o IPCA recuou 0,38%, período em que a economia sentiu de forma mais contundente o impacto da pandemia.

A queda abrupta do índice inflacionário contou com a contribuição decisiva do declínio de preço dos combustíveis, em especial, da gasolina (15,48%) e do diesel (11,38%), mas também da tarifa de energia elétrica que, em abril deste ano, já havia entrado na classificação de 'bandeira verde'.

Também pesou favoravelmente para a queda do IPCA, observa o IBGE, a vigência da Lei Complementar 194/22, no final de junho, que reduziu o ICMS sobre os combustíveis, energia elétrica e comunicações. Além do grupo de transportes (-4,51%), também houve queda do grupo habitação (-1,05%), por sua vez, 'puxado' pelo recuo da conta da energia elétrica (-5,78%).

Nesse rol, ele aponta, também, o efeito positivo das revisões tarifárias extraordinárias de dez distribuidoras, anunciadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), das Revisões Tarifárias Extraordinárias de dez distribuidoras espalhadas pelo país, o que serviu para 'derrubar' as tarifas, a partir de 13 de julho último.

Site: <https://www.jornalcorreiodamanha.com.br/edicao-expressa/pdf/15135-edicao-24-076>

Imposto de Renda: ampliar isenção é urgente (Artigo)

Danilo Forte

Em 2022, completaram-se 26 anos desde que se abando ou os ajustes periódicos da tabela do Imposto de Renda.

A partir de 1996, a pressão pela atualização da tabela tornou-se a única forma de evitar que a **inflação** torne-se um imposto a encher os cofres da União.

É exatamente o que vem ocorrendo desde 2015, ano da última atualização da tabela. Considerando o índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), métrica oficial da **inflação**, a tabela acumula defasagem de mais de 130% desde então. Segundo a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco), cada ponto percentual não corrigido representa uma receita de mais R\$2 bilhões para os cofres da União.

A verdade é que, ao não corrigir a tabela, o governo federal tornou-se sócio da **inflação**. Sem precisar expor-se ao desgaste de defender um aumento de **impostos**, amplia-se a arrecadação apenas deixando que a **inflação** coloque mais e mais pessoas entre aquelas que precisam declarar seus rendimentos à **Receita Federal**. Não é surpresa que o número de declarações só cresce: em 2017, foram 28,5 milhões de declarações. Este ano, foram mais de 36 milhões. Por isso, apresentei um projeto de lei na Câmara dos Deputados ampliando a faixa de isenção do Imposto de Renda dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 5,2 mil. A atualização é necessária. Se não ocorrer, a partir do ano que vem, quem ganha 1,5 salário mínimo pode passar a ter o imposto de renda descontado na fonte. Os R\$1,9 mil atualmente isentos mal cobrem os custos de vida - segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo ideal para uma família de quatro pessoas foi de R\$6,5 mil em junho, ou R\$ 1,6 mil por pessoa. É justo que quem recebe tão pouco pague ainda mais **impostos**?

A estrutura tributária brasileira é injusta. Isso é um dos poucos consensos que ainda se mantêm no polarizado cenário político atual. Neste ano, tivemos avanços importantes como a limitação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de energia e combustíveis, entre outros, proposta por nós na Câmara dos Deputados. Mas ainda precisamos

avançar. E o Imposto de Renda é o nosso próximo grande desafio.

Danilo Forte (União Brasil-CE) é deputado federal

Site: <https://ootimista.com.br/edicao-do-dia/>

Reunião com sindicatos e palestra; confira a agenda desta quarta-feira dos candidatos à Presidência

R7

Cinco candidatos à Presidência da República divulgaram agenda pública para esta quarta-feira (10). Confira abaixo:

Ciro Gomes (PDT)

11h30 - Encontro na Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, em Brasília.

16h30 - Participa do evento Diálogos com os Presidenciais - **Reforma Tributária**, realizado pelo Sindifisco Nacional em conjunto com a Federação Nacional do Fisco Nacional e Distrital e a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**, em Brasília.

Felipe D Avila (Novo)

08h45 - Visita a uma empresa, em Palhoça (SC).

10h30 - Palestra para moradores de Pedra Branca, no Atrium Offices Pedra Branca, em Palhoça (SC).

12h - Almoço com empresários e lideranças locais, em Florianópolis (SC).

14h30 - Visita ao Hub de Tecnologia, em Florianópolis (SC).

19h30 - Reunião na Associação dos Empresários da Grande Florianópolis, em São José (SC).

20h - Palestra com empresários, em São José (SC).

Jair Bolsonaro (PL)

09h às 10h - Participa da Abertura do Encontro Nacional do Agro, em Brasília.

16h às 16h30 - Encontro com o ministro de Infraestrutura, Marcelo Sampaio, em Brasília.

17h às 17h30 - Encontro com o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, e com o ministro da Economia, Paulo Guedes, em Brasília.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

10h - Encontro com empresários do varejo no Instituto para Desenvolvimento do Varejo, em São Paulo.

Simone Tebet (MDB)

10h00 - Entrevista ao vivo, no Mato Grosso do Sul.

12h00 - Gravação da propaganda eleitoral, no Mato Grosso do Sul.

Os candidatos José Maria Eymael (Democracia Cristã), Leonardo Péricles (Unidade Popular), Pablo Marçal (PROS), Roberto Jefferson (PTB), Sofia Manzano (PCB), Soraya Thronicke (União Brasil) e Vera Lúcia (PSTU) não têm agenda pública ou não divulgaram seus compromissos oficiais até a última atualização desta publicação.

Site:

<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/elei%C3%A7%C3%B5es/reuni%C3%A3o-com-sindicatos-e-palestra-confira-a-agenda-desta-quarta-feira-dos-candidatos-%C3%A0-presid%C3%Aancia-1.869973>

De olho na aposentadoria

rosana hessel

A nova janela de migração dos regimes de aposentadoria dos **servidores públicos** de todos os Poderes está correndo. Essa mudança, de acordo com o diretor-presidente da Fundação de **Previdência Complementar** do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), Amarildo Vieira de Oliveira, tende a ser mais vantajosa para os servidores do Judiciário, com a média salarial de R\$ 9,5 mil, acima do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), de R\$ 7.087,22.

"No Executivo, há carreiras que remuneram abaixo do teto e, no Judiciário, a remuneração acaba sendo maior", disse Oliveira. Ele citou casos de categorias recebendo uma remuneração mais próxima do teto do funcionalismo, de R\$ 39 mil (sem contar os penduricalhos da magistratura, que acabam extrapolando esse limite), em que a migração pode ser mais vantajosa. "O importante é fazer sempre as contas", disse ele, acrescentando que o site da Funpresp possui uma ferramenta para fazer simulações.

Aqueles que entraram no serviço público antes de 2013 podem fazer a mudança até 30 de novembro, conforme previsto na Medida Provisória nº 1.119/2022, publicada em 26 de maio no Diário Oficial da União, que ainda não foi apreciada no Congresso. Com a reforma previdenciária de 2019, o teto do **INSS** também passou a ser a remuneração máxima dos servidores que se aposentam pelo Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) - se quiserem receber acima desse valor, será preciso aderir ao Regime de **Previdência Complementar** (RPC).

A nova janela de migração foi aberta como condição da reforma de 2019 para que os servidores avaliassem os regimes de aposentadoria. Um dos atrativos, lembram os analistas, é o Benefício Especial (BE), bônus de adesão, calculado pelo tempo de contribuição, que é um dos principais atrativos para a mudança, mas sofreu alterações nessa nova janela.

O presidente da Funpresp-Jud reconheceu que as condições do BE não são as mesmas do que as anteriores, logo, quem se adiantou, conseguiu vantagens maiores. "Eu migrei na segunda janela e era mais vantajoso do que agora. A pessoa que não migrou vê que o valor do Benefício Especial diminuiu devido às mudanças com a reforma. Mas é preciso fazer o cálculo e as simulações, porque não foi para

todos que piorou ou deixou de ser vantajoso", destacou.

Na semana passada, o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estendeu o prazo da MP 1.119/22 por mais 60 dias e a expectativa é de que a matéria - que já recebeu 201 emendas - deverá ser colocada na pauta do próximo esforço concentrado do Legislativo, no fim deste mês.

Desde a publicação da MP, apenas 52 servidores do Judiciário fizeram a migração para a Funpresp-Jud. A expectativa de Oliveira é de que, pelo menos, 6 mil servidores do Judiciário façam a mudança de regime. "Esperamos, ao menos, o mesmo volume de adesões da última janela", disse. Mas ele torce para que esse dado passe de 10 mil. "O brasileiro costuma deixar tudo para o último dia. Muitos acabam ficando com medo sobre a questão de que a migração ser irrevogável, mas o cálculo do benefício pode ser corrigido ou até melhorado", acrescentou.

Vantagens

De acordo com o diretor, a Fundação tem um patrimônio de quase R\$ 2 bilhões e 23,4 mil participantes em um universo de 120 mil servidores ativos. Já a Funpresp-Exe, que inclui os trabalhadores do Executivo e do Judiciário, possui um patrimônio de R\$ 5,6 bilhões e 92,5 mil participantes.

Uma das vantagens da migração apontadas por Oliveira e seus assessores é que, quando se aposentar, o servidor não precisará continuar contribuindo com 11% a 22% do salário, dependendo do rendimento, para o RPPS, pois o percentual vai incidir sobre o teto do **INSS**. Além disso, após fazer a migração e aderir ao fundo, para cada real que o trabalhador aplicar nas Funpresps, o governo federal fará um depósito de mesmo valor. Vale lembrar que a participação da União com a paridade está limitada a 8,5% da diferença entre o teto do **INSS** e o salário do funcionário público.

Apesar de o novo prazo expirar em 30 de novembro, se não for votada antes do primeiro turno das eleições, em 2 de outubro, a MP vai caducar em 5 de outubro, informou Cristiano Heckert, presidente da Funpresp-Exe, em entrevista ao Correio publicada no último dia 2. Pelas estimativas dele, a migração seria vantajosa para cerca de 100 mil funcionários do Executivo.

Mauro Silva, presidente da Unafisco Nacional,

reconheceu que o servidor precisa fazer as contas e refletir muito antes de migrar e destacou que a MP ainda precisa ser aperfeiçoada e melhorada, principalmente o Benefício Especial. Na avaliação dele, no caso de aposentadoria por morte, a migração é mais vantajosa. "Tem alguns fatores que pesam, como o fato de não pagar a contribuição previdenciária no RPC durante a aposentadoria. Quem permanecer com a paridade (do RPPS), continuará pagando contribuição previdenciária, de 11% a 22%. É preciso olhar sempre o líquido nessas contas e não no bruto", destacou.

Endividamento recorde

HERMANO CHIODI

Os números são recordes e mostram que a vida do cidadão brasileiro não está nada fácil. A quantidade de famílias endividadas é a maior dos últimos 12 anos. O segundo semestre começou com 78% dos grupos familiares nessa estatística, sendo que 29% tinham algum valor em atraso, aponta Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), referente a julho, e divulgada nesta terça-feira (9) pela Confederação Nacional do Comércio (CNC).

A situação está difícil, mas pode piorar, avisam especialistas. A razão são as altas frequentes na Taxa Selic, que serve como indexador em vários tipos de serviços financeiros e bancários, como empréstimos.

O economista Paulo Casaca, professor do Ibmec, lembra que a Selic vem quebrando recordes e alcançou 13,75% na última reunião do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central, realizada na quarta-feira (3). Foi a 12ª alta consecutiva da taxa.

Hoje, a principal âncora no bolso dos brasileiros é o cartão de crédito. De acordo com a CNC, 85,3% das famílias têm dívidas nesta modalidade. A taxa média cobrada pelo maiores bancos brasileiro no rotativo do cartão de crédito é hoje de 367,61% ao ano. Isso significa que uma dívida inicial de R\$ 1.000 pode terminar o ano acima de R\$ 4.600 e a tendência é de esse custo subir à medida em que a Selic sobe.

O aumento é mais que uma pedra no caminho de quem precisa de financiamento; chega a ser um verdadeiro abismo, capaz de engolir o orçamento até das famílias mais bem planejadas, avaliam especialistas.

De acordo com o economista Paulo Casaca, quando a Selic sobe, arrasta todos os serviços financeiros juntos e não há muito como fugir. "A alternativa é evitar pegar empréstimos. Quem precisa pegar empréstimos, vai pagar mais caro. Não tem alternativa", afirma.

TAXAS DE JUROS

Situação que é ainda mais grave para quem precisa fugir dos empréstimos e quer renegociar taxas de juros, mas que, com Selic maior, dificilmente conseguirão taxas melhores. Para Paulo Casaca, a alternativa é pesquisar.

"Algumas categorias, como **servidores públicos**, podem ter acesso a algumas modalidades com juros mais baixos. Mas para a maioria é pesquisar nos bancos e buscar alternativas e juros menores", sugeriu.

ORÇAMENTO COMPROMETIDO

Uma situação bem conhecida da administradora de empresas Fernanda Silva, moradora de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte. Ela diz que tem vários tipos de empréstimos, "do Fies ao financiamento imobiliário", e diz que o dinheiro falta no fim do mês.

"Hoje gasto aproximadamente 40% do orçamento com os financiamentos. Quando contratei, tinha uma renda maior. Hoje é difícil fugir", afirmou.

Na opinião da CNC, a alta no endividamento, após alguns registros de queda, mostra que as medidas adotadas pelo governo precisam ser pensadas para o longo prazo.

"A alta dos indicadores de inadimplência indica que as medidas extraordinárias de suporte à renda, como os saques extras do FGTS e a antecipação do 13º salário aos beneficiários do **INSS**, aparentemente tiveram efeito momentâneo", analisa o presidente da Confederação, José Roberto Tadros.

Site:

<https://digital.hojeemdia.com.br/pub/jornalhojeemdia/?numero=12010&edicao=15210>

Mulheres estão mais endividadas

O brasileiro está a cada dia com a corda mais apertada ao pescoço. Além de a **inflação** ter corroído a renda das pessoas, está mais difícil conseguir um financiamento, mesmo a juros exorbitantes. Mas qual é a "cara" do endividado brasileiro? Hoje, 68% dos endividados têm entre 25 e 51 anos, com as contas acumuladas essencialmente no cartão de crédito e em financiamentos. E outro dado chama a atenção: 70% desse contingente são mulheres, conforme levantamento feito pela Paschoalotto, a pedido do Estadão.

"O número de mulheres que chefiam seus lares cresceu nos últimos anos e alguns fatores explicam a inadimplência mais frequente entre elas", explica o economista-chefe da empresa, Reinaldo Cafeo. Segundo ele, como muitas vezes a renda é insuficiente para arcar com todos os gastos, isso leva a uma priorização das contas a se pagar e das que serão adiadas ou deixadas de lado.

Com isso, a ênfase fica nas contas do dia a dia, com carnês, cartão de crédito e financiamentos ficando de lado. Outro ponto que prejudica é falta de educação financeira, que faz com que muitas pessoas aceitem juros abusivos. Segundo o especialista, é a chave para que as contas acabem saindo do controle.

Os números consideram os mais de 5,5 milhões de devedores que passam pelo sistema da Paschoalotto mensalmente. O levantamento mostra ainda que o endividamento atinge, em grande parte, as famílias com uma renda mensal de até dez salários mínimos, que respondem por 76% do total.

Responsável pela área de Pesquisa do Grupo Consumoteca, Marina Roale explica que a situação financeira entre a população feminina no Brasil também foi deteriorada ao longo da pandemia de covid19. "Vivemos em um País onde a informalidade de trabalho está muito presente entre as mulheres. Com isso, elas têm renda mais incerta. Este momento está sendo chamado de recessão feminina, onde as conquistas que as mulheres tiveram no mercado de trabalho retrocederam muito nos últimos dois anos", diz.

O estudo da Paschoalotto mostra ainda que o comportamento do endividado não é uniforme. Há o grupo daqueles que deixam a vida de lado e seguem com a rotina, não ligando se o nome está sujo na praça. Já outro perfil de devedor prefere vender algum bem, como o carro, para resolver a inadimplência.

Sonho se torna um pesadelo

No caso da bibliotecária Ana Maria Pereira Silva, 38 anos, a vida financeira acabou saindo dos trilhos depois de comprar um imóvel, em 2020 deixou o emprego em São Paulo e decidiu voltar para sua cidade natal, em Turmalina, Minas Gerais.

Ela esperava utilizar o saldo do seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para quitar os R\$ 17 mil de dívida restante da casa. No entanto, por uma mudança na regra, acabou sendo obrigada a contrair um empréstimo no banco, o que agravou seu problema financeiro. "Eu nunca fui muito boa com essas questões de administração financeira", admite.

Com a taxa contratada na instituição, o valor final da dívida duplicou.

De volta a São Paulo, encontrou um emprego em uma rede de supermercados para pagar as contas, mas, por causa do salário menor, acabou acumulando mais dívidas.

Site:

<https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10931>

Governo e bancos lideram processos judiciais no País

Órgãos vinculados ao governo federal e bancos públicos e privados são as entidades que mais acionam ou são acionadas no Judiciário brasileiro, aponta levantamento divulgado ontem, pelo Conselho Nacional de Justiça.

O conselho identificou as instituições com maior quantidade de ações tramitando nas diversas esferas da Justiça.

Juntos, poder público e bancos respondem por quase um em cada quatro processos registrados até maio deste ano e ainda pendentes de julgamento.

O Ministério da Economia encabeça a lista de quem mais entrou com processos: 559.997 ações. Em seguida, aparecem no "ranking" o governo do Distrito Federal, com 252.532; a Caixa Econômica Federal, com 98.242, e o Bradesco Financiamentos, com 51.563.

Do outro lado do balcão, os maiores réus são a Caixa, com 722.294 processos; o Instituto Nacional do Seguro Social, com 604.503; o Bradesco Financiamentos, com 120.227; a Advocacia-Geral da União, com 95.718, e o Ministério da Economia, com 67.082.

Na avaliação de especialistas, a liderança do **INSS** pode ser provocada por políticas sociais do governo.

O presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, afirmou que o levantamento é importante para desafogar o Judiciário.

Segundo o ministro, além de ser uma ferramenta de transparência, o ranking permite discutir medidas para criar uma política pública capaz de sobrecarregar os tribunais.

Fux disse ainda que alguns litigantes agem confiantes na demora da Justiça, o que permite ganharem tempo, mesmo sabendo que serão derrotados. Para o ministro, é preciso "evitar demandas frívolas" porque isso gera segurança para investimentos no país.

"A nossa pretensão é de criar uma política pública educacional para evitar a judicialização predatória que acaba por abarrotar os tribunais", afirmou o presidente do CNJ.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/?numero=37261&edicao=12256>

Bolsonaro sanciona Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2023 com vetos

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro sancionou, com vetos, a Lei das Diretrizes Orçamentárias que estabelece as regras para elaboração e execução do Orçamento Geral da União do próximo ano, a LDO 2023.

O texto, publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, 10, estima crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2023, 2024 e 2025 em 2,5%; prevê taxa Selic de 10% em 2023, 7,7% em 2024 e 7,1% em 2025; e projeta um câmbio médio com dólar a R\$ 5,30 de 2023 a 2025.

Além disso, estima uma **inflação** medida pelo IPCA de 3,3% em 2023 e de 3,0% em 2024 e em 2025; salário mínimo de R\$ 1.294; e meta de resultado primário de déficit de R\$ 65,9 bilhões para as contas do Tesouro Nacional, **INSS** e Banco Central.

Dentre os vetos, foi rejeitado o trecho que previa que a execução das emendas de relator, instrumento central do orçamento secreto, revelado pelo Estadão, deveria observar as indicações de beneficiários e a ordem de prioridades. Para o governo, o dispositivo contraria o interesse público, pois investe contra o princípio da impessoalidade, que orienta a administração pública, ao fomentar cunho personalístico nas indicações e priorizações das programações decorrentes de emendas e amplia as dificuldades operacionais para a execução da despesa pública.

Além disso, complementa o governo, a indicação de beneficiários pelo autor das emendas de relator-geral, que, de outra forma, seriam estabelecidos pelos respectivos órgãos da administração pública, conforme os parâmetros e as diretrizes setoriais, reduz a flexibilidade na gestão orçamentária e poderia ter impacto na qualidade do gasto Público.

Também foi vetada a obrigatoriedade de devolução à União dos recursos não utilizados por entes federados que foram repassados dentro da modalidade de transferências especiais, aquelas que são feitas sem controle de órgãos oficiais, como tribunais de contas. O governo alega que essas verbas passam a pertencer ao ente no ato da efetiva transferência.

Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência da República destaca que o presidente ainda vetou o

direcionamento de recursos do orçamento do Ministério da Saúde para a implantação de sistemas fotovoltaicos em entidades privadas, por enxergar na proposição desvio de finalidade.

Os vetos também foram publicados no Diário Oficial e agora serão analisados pelo Congresso Nacional, que pode manter as negativas do presidente à lei ou derrubá-las.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/bolsonaro-sanciona-lei-das-diretrizes-orcamentarias-de-2023-com-vetos,eaaeb2aab1825c660160f3d31a546eb2ynpu25vf.htm>
/

STF retoma julgamento sobre alcance da nova lei de improbidade

Do UOL, em Brasília

O STF (Supremo Tribunal Federal) retoma nesta quarta-feira (10) o julgamento que decidirá se a nova lei de improbidade administrativa pode retroagir e alcançar casos em andamento, beneficiando políticos envolvidos em atos contra a administração pública.

Dentro do Supremo, há a tendência a de que a maioria deverá permitir que a nova lei alcance casos antigos, o que abriria brecha para a classe política pedir a revisão de seus processos.

A expectativa é que o julgamento, iniciado na quarta passada (3), seja dividido entre as alas garantista, mais inclinadas aos direitos dos acusados que defendem a retroatividade, e punitivista, que tende a se alinhar com o Ministério Público, que é contrário à mudança.

Expoentes do primeiro grupo, por exemplo, são os ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Nunes Marques. Entre os punitivistas estão Roberto Barroso e Edson Fachin, com a possibilidade de Cármen Lúcia e Rosa Weber se alinharem aos colegas.

Na semana passada, os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça, as duas incógnitas do tribunal, votaram para permitir que a lei alcance casos antigos, com diferenças de extensão. Moraes entendeu que é possível somente para processos de atos culposos (sem intenção). Nestes casos, a análise deve ser feita caso a caso.

Em processos que transitaram em julgado (sem possibilidade de recurso), o ministro disse que o novo texto não deve retroagir.

Mendonça, por sua vez, deu um voto semelhante, mas foi além: além dos casos em andamento, o ministro defendeu que a nova lei alcance até processos concluídos. Para esses casos, Mendonça defendeu a possibilidade dos condenados moverem ações rescisórias para anular as sentenças.

Os dois votos abrem brechas para a classe política pedir a revisão de seus processos movidos no passado, beneficiando parlamentares, ex-governadores e agentes públicos enrolados com

ações de improbidade e que buscam disputar as eleições.

Moraes afirmou que a necessidade de comprovação do dolo, excluindo a modalidade culposa da lei, foi uma opção do legislador. Concordemos ou não, é uma opção válida, plenamente válida, disse.

Alexandre de Moraes, relator da ação sobre o tema no STF

O ministro frisou que, embora o caso possa ser revisto, as provas obtidas e atos proferidos no processo até a sanção da nova Lei de Improbidade continuam válidas e podem ser compartilhadas em investigações penais.

Em voto proferido na sequência, Mendonça afirmou que, em sua visão, a lei de improbidade deve estimular o bom gestor, e punir o gestor corrupto. No entanto, há ainda confusão entre corrupção e ineficiência, o que leva agentes a perderem a vontade de inovar.

André Mendonça, ministro do STF, primeiro a votar depois do relator

A discussão é de repercussão geral e deve definir uma jurisprudência que deverá ser adotada pelos demais juízes do país. Ao menos 1147 processos sobre o tema estão suspensos esperando uma definição do Supremo.

O que mudou na legislação? Promulgada em 1992 na esteira de casos de corrupção no governo do então presidente Fernando Collor, a Lei de Improbidade fixa possíveis sanções a agentes e servidores que atentem contra a administração pública. A punição é administrativa, e não criminal, e pode levar à perda de mandato, pagamento de multa e a suspensão de direitos políticos.

As mudanças feitas pelo Congresso no ano passado e sancionadas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) tocaram em dois pontos que são discutidos agora no Supremo:

Agora, os ministros discutem se essas duas mudanças valem só para casos de improbidade abertos após a sanção da nova lei ou se o texto deve retroagir e alcançar processos em andamento ou já concluídos.

A quem interessa a discussão? O julgamento da retroatividade da nova Lei de Improbidade Administrativa é acompanhado de perto pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que em junho cobrou que a discussão entrasse em pauta no Supremo com prioridade.

Condenado por improbidade em segunda instância, Lira teve os efeitos de sua sentença suspensos pelo Tribunal de Justiça de Alagoas. O caso hoje tramita em segredo no Superior Tribunal de Justiça.

Além dele, os ex-governadores José Roberto Arruda (PL-DF) e Anthony Garotinho (União-RJ) e o ex-prefeito do Rio César Maia (PSDB), candidato a vice-governador na chapa de Marcelo Freixo (PSB), também respondem a casos semelhantes. Os três buscam rever seus processos para conseguirem se tornar elegíveis para as eleições.

Prescrição. Sobre o prazo de prescrição, Moraes foi contra a retroatividade por considerar que não é possível aplicar os novos prazos a processos já em andamento, uma vez que a medida surpreenderia a atuação do Estado na investigação de atos de improbidade.

Neste ponto, Mendonça divergiu e disse que os novos prazos de prescrição podem retroagir e serem aplicados aos processos em curso.

Caso no **INSS**. Para além da discussão ampla envolvendo a retroatividade da nova lei, os ministros discutem ainda o caso concreto da advogada Rosmary Cordova, que atuou no **INSS** de 1994 a 1998 e foi acusada de improbidade por conduta negligente .

O Ministério Público moveu a ação contra a advogada em 2006 por ter viajado sem informar previamente ou garantir um substituto durante a ausência.

Para o advogado Francisco Zardo, que defende Rosmary, diz que ela é uma advogada íntegra e que, em primeira instância, o processo chegou a ser considerado improcedente. Confiamos que, depois de mais de 25 anos desde os fatos, o caso finalmente será encerrado, possibilitando que, 16 anos após a instauração do processo, a Dra. Rosmary recupere a paz de espírito , disse.

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/08/10/stf-retoma-julgamento-sobre-alcance-da-nova-lei-de-improbidade.htm>

Mudança no teto em discussão no governo é criticada por economistas

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA

A proposta de técnicos do Ministério da Economia para a flexibilização do teto de gastos inseriu o governo Jair Bolsonaro (PL) no debate já em andamento na academia, no mercado financeiro e nas campanhas de presidenciáveis sobre a necessidade de rever a atual regra fiscal. O caminho escolhido, no entanto, não é consenso.

Uma parcela dos economistas critica um arcabouço fiscal que tenha nos indicadores de dívida pública uma referência para determinar o ritmo de crescimento das despesas, como propõe o Tesouro Nacional.

Além disso, há a avaliação de que será necessário um enorme esforço para restabelecer a credibilidade da política fiscal e assegurar que qualquer nova regra seja cumprida sem subterfúgios e dribles.

Como mostrou a Folha, técnicos da equipe econômica pretendem apresentar ao ministro Paulo Guedes (Economia), até o fim do mês, o desenho de uma regra que torna flexível o teto de gastos (hoje corrigido apenas pela inflação), permitindo um crescimento das despesas que corresponda ao IPCA mais um percentual caso o endividamento público fique abaixo de determinado patamar -que poderia ser de 80% do PIB (Produto Interno Bruto).

A dívida bruta está hoje em 78,2% do PIB, indicando que, caso essa seja a referência escolhida e a proposta avance, o novo mandato iniciado em 2023 já poderia ampliar os gastos acima da inflação.

Esse é um ponto-chave para a discussão dos rumos da política fiscal no país. Tanto Bolsonaro quanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato que lidera as pesquisas de intenção de voto, prometem manter o piso de R\$ 600 para beneficiários do Auxílio Brasil, hoje previsto para vigorar até o fim de 2022. O desenho atual do teto, porém, não comporta essa mudança.

Há ainda outros gastos represados, como reajustes para servidores públicos (parte das carreiras está com salário congelado desde 2017), investimentos e precatórios (dívidas judiciais que tiveram o pagamento

adiado em uma mudança recente no teto).

Por isso, a flexibilização do limite de despesas é dada como certa por muitos economistas e agentes do mercado financeiro, embora a fórmula ainda seja uma incógnita.

Há economistas que defendem uma autorização para gastos extras para 2023, com valor definido, enquanto se discute uma nova regra fiscal estrutural. Essa visão encontra apoio inclusive entre alguns interlocutores da campanha de Lula, embora o ex-presidente tenha falado na derrubada do teto.

Já a proposta dos técnicos do Tesouro mantém o teto e usa o indicador da dívida como referência para permitir uma aceleração dos gastos quando há queda, ou forçar um freio nas despesas quando o endividamento sobe.

Gabriel Leal de Barros, sócio da gestora Ryo Asset e ex-diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, critica a proposta do governo e afirma que países europeus, há anos adeptos de regras de dívida como principal instrumento de controle da política fiscal, discutem agora o abandono delas diante do diagnóstico de que elas não se mostraram críveis - sobretudo no contexto da pandemia, quando foi necessário expandir gastos.

Um dos problemas desse tipo de regra é que, quando a dívida sobe, ela pode demorar a cair, e isso travaria por mais tempo a execução da política fiscal.

"O que o governo tem poder direto de controle é a despesa, e uma regra crível precisa ser sobre o gasto primário [sem incluir o serviço da dívida pública]", afirma Barros. Para ele, o modelo da Suécia pode ser uma referência, com um teto geral e limites individuais de crescimento para algumas despesas (como se fossem subtetos). O economista defende que o teto geral seja corrigido pela meta de inflação mais algum percentual.

Para Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos e ex-assessor no Ministério da Economia, uma regra tendo a dívida como referência seria vantajosa por "mirar no que realmente importa", que é a trajetória do endividamento do país. No entanto, ele reconhece que a nova norma pode

ampliar a complexidade das regras fiscais, uma vez que ela por si só não explicita quais instrumentos serão adotados para atingir o objetivo. "É mais complexo calibrar os gastos para atingir um patamar de dívida, depende também da receita."

Segundo Megale, há uma demanda reprimida de gastos que pode ser resolvida com um pacote para permitir uma nova expansão de R\$ 200 bilhões no ano que vem. "Não tem como fugir do Auxílio Brasil de R\$ 600, é até socialmente desejável. Por isso esse novo deslocamento [no teto]", afirma. A partir de 2024, porém, o teto voltaria a ser corrigido pela **inflação**, com algumas brechas em caso de crescimento muito significativo na arrecadação. "Não precisa necessariamente ter um crescimento real sistemático da despesa", avalia.

Um dos criadores da regra do teto, o economista Marcos Mendes, colunista da Folha, diz que a proposta do Tesouro está alinhada a discussões mais recentes sobre regras fiscais e é "tecnicamente boa", mas faz ressalvas sobre sua execução.

"O diabo mora nos detalhes. Uma boa ideia pode ser mal operacionalizada. É preciso ver a descrição completa de cada proposta para avaliar", diz. "Num país em que em uma semana muda a regra fiscal, isso abre brecha para algum tipo de manobra ou contabilidade criativa."

Segundo ele, ao se colocar um indicador de dívida como uma porta de acesso a uma flexibilização do teto, o risco é que haja manobras para manipular esse indicador ou "descontar" despesas, como ocorreu no passado com os limites de gastos com pessoal em estados e municípios, previstos na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e que foram sucessivamente maquiados.

Mendes alerta que isso daria aos políticos condições de burlar as regras sem precisar arcar com o custo político de uma revogação explícita do teto.

Outros economistas críticos de uma regra baseada em indicadores de dívida, ouvidos reservadamente pela reportagem, afirmam que optar por esse caminho seria como tratar os sintomas, mas não a doença. Isso porque o endividamento pode subir por diferentes motivos: queda na arrecadação, alta de gastos, juros elevados ou baixo crescimento.

O diabo mora nos detalhes. Uma boa ideia pode ser mal operacionalizada.

É preciso ver a descrição completa de cada proposta para avaliar. Num país em que em uma semana muda a regra fiscal, isso abre brecha para algum tipo de

manobra ou contabilidade criativa

Marcos Mendes economista, colunista da Folha, um dos criadores da regra do teto de gastos

O governo tem poder direto de controle [é sobre] a despesa, e uma regra crível precisa ser sobre o gasto primário

Gabriel Leal de Barros sócio da gestora Ryo Asset e ex-diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado

O [Congresso] destruiu a tecnologia do teto de gastos.

Se nem o que está na Constituição Federal está garantido, fica uma incerteza idem

É mais complexo calibrar os gastos para atingir um patamar de dívida, depende também da receita

Caio Megale economista-chefe da XP Investimentos e ex-assessor no Ministério da Economia

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49999&_mather=99b60185a03a2da0&_ga=2.31177595.595749010.1660038644-1946347472.1596450023&anchor=6460909&pd=22f1eacd81eac747999922a1ab2fb63

Redes sociais falham em cumprir resoluções contra desinformação

LEVY TELES

A dois meses da eleição, as plataformas de tecnologia - como aplicativos de mensagens, redes sociais e sites de veiculação de vídeos - ainda representam entraves no enfrentamento às fake news, aponta relatório de pesquisadores do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Apesar de firmarem memorando de entendimento com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as big techs falham na checagem de conteúdos, na agilidade para processar denúncias e na transparência para combater a desinformação, segundo o relatório.

O levantamento é dos pesquisadores Rodrigo Carreiro e Maria Paula Almada sobre o acordo feito pelas plataformas digitais com o TSE em fevereiro deste ano. Carreiro e Almada acompanham o cumprimento dos memorandos da Corte por Meta (Facebook, Instagram e WhatsApp), Google (YouTube), TikTok, Twitter, Telegram e Kwai. Eles pontuaram também a situação do LinkedIn e do Spotify, que firmaram o acordo mais tardiamente.

A maioria das ações já foi implementada, mas há ainda brechas que reforçam a preocupação com a desinformação no período eleitoral.

A celeridade, ou a falta dela, é um dos pontos destacados pelos pesquisadores. "O processo eleitoral é muito dinâmico e, desde o último pleito, o período de campanha oficial foi reduzido para cerca de dois meses", diz o texto. De acordo com Carreiro, o prazo ideal para se analisar e retirar conteúdos duvidosos do ar seria entre 24 horas e 48 horas. Hoje, não há um prazo.

"Embora as plataformas tenham demonstrado algum interesse em resolver o problema (da desinformação), os avanços significativos e mais práticos são bem pequenos, bem superficiais, em relação ao problema", disse Carreiro.

O Estadão questionou as empresas sobre qual o prazo-limite para processar uma denúncia, mas nenhuma delas respondeu. Procurado, o TSE admitiu que a agilidade na resolução de casos de desinformação é um dos tópicos em que se deve

avançar no relacionamento com as plataformas digitais.

"Há margem para avanços no campo da transparência, na celeridade do tratamento dos apontamentos de desinformação, no suporte a agências de checagem de fatos, e, ainda, em questões relacionadas com a monetização." A Corte informou ainda que oito **servidores públicos** estão dedicados à atuação com as plataformas - número que tende a aumentar à medida que a votação se aproxima.

BRECHAS. O relatório destaca, em especial, brechas nas redes sociais do grupo Meta (Facebook, WhatsApp e Instagram) e no Google (YouTube). O Facebook, por exemplo, não garante que notícias falsas serão removidas, mas terão apenas o alcance reduzido. Para os pesquisadores, a medida não enfrenta o problema, "apenas dá mais trabalho para os propagadores desse tipo de conteúdo, que pode ser replicado infinitamente por diversos perfis diferentes", algo não considerado no memorando.

Em nota, o Meta diz que Facebook e Instagram criaram canais diretos de denúncias para o TSE e exibirão, em breve, lembretes sobre o dia de votação no Brasil. O grupo afirma ter um núcleo de segurança e integridade com mais de 40 mil colaboradores, que também vão atuar no Brasil, sem revelar o contingente.

Sobre o WhatsApp, o relatório aponta que a identificação da origem do conteúdo é "crucial" para punir casos graves.

Porém, aplicativos de mensagens não verificam conteúdos trocados entre os usuários em razão da criptografia. A inteligência artificial do WhatsApp consegue apenas rastrear um volume suspeito de mensagens disparadas em massa.

Conteúdos ainda que sabidamente falsos não recebem um alerta imediato para a checagem.

Ao Estadão, o WhatsApp afirmou que já estabeleceu parceria com cinco agências de checagem de fatos, e espera ainda a inclusão de pelo menos mais uma.

Segundo o relatório, o Twitter aplicou todas as

medidas firmadas no memorando com o TSE. Em julho, a rede social anunciou um novo pacote de medidas para combater a desinformação.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Candidatos prometem manter auxílio em planos de governo

Os três candidatos mais bem colocados nas pesquisas presidenciais apresentaram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) planos para transferência de renda parecidos, ao mesmo tempo que ressaltaram a importância do equilíbrio das contas públicas.

A Corte recebe planos e esboços de programas de governo desde a semana passada. Os presidenciais são obrigados a apresentar um documento com suas ideias ao Tribunal.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumiu o compromisso de criar um "Bolsa Família ampliado" e o presidente Jair Bolsonaro (PL) quer instituir o Auxílio Brasil de R\$ 600 - mesmo valor que é prometido pelo petista em discursos recentes. Já Ciro Gomes (PDT) propõe um programa de renda mínima universal.

Em comum, Lula, Ciro e Bolsonaro também falam em revisão ou **reforma tributária**.

A pauta também aparece nos planos de Felipe d'Avila (Novo), Sofia Manzano (PCB), Léo Péricles (UP) e Pablo Marçal (PROS), que discute na Justiça sua candidatura com o partido, que já declarou apoio ao ex-presidente Lula.

BOLSA FAMÍLIA. Assim como Bolsonaro, Lula também prevê um programa de transferência de renda "ampliado" e compatível "com as atuais necessidades da população". O documento protocolado pela campanha no TSE refere-se às "diretrizes de um plano de governo".

Apesar de não citar o valor dos repasses, o petista já criticou o prazo de validade do Auxílio Brasil e indicou o retorno de um Bolsa Família permanente no mesmo valor.

Paralelo ao plano de Ciro, Lula também propõe a criação gradual de um sistema universal de renda básica.

Em discurso na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ontem, o petista disse que é "preciso fazer uma reforma administrativa" (mais informações na pág. A10).

Entre 2003 e 2014, em parte do período com o PT no governo federal, foram contratados 234.988

servidores públicos.

Entre 1995 e 2002, no período de Fernando Henrique Cardoso, foram 51.613.

No evento, Lula também disse que a **reforma tributária** será encampada no início de um **eventual governo** e afirmou que é preciso aumentar a taxa sobre patrimônio. "Alguém vai ter de pagar a conta e o mais rico vai ter de pagar." TABELA DO IR. Em minuta de plano de governo que ainda não chegou ao TSE, Bolsonaro diz que vai corrigir a tabela do Imposto de Renda. Conforme divulgado pelo jornal O Globo e confirmado pelo Estadão, o candidato à reeleição pretende ampliar a isenção do IR para quem recebe até R\$ 2,5 mil.

O esboço do plano indica um reajuste salarial a **servidores públicos**, proposta que ensaiou executar ainda em 2022.

No plano, o presidente também prometeu uma reedição do Auxílio Brasil, no valor de R\$ 600 - o benefício tem previsão para acabar em dezembro.

Em evento em São Paulo ontem, Bolsonaro preferiu falar de sua pauta de costumes. "As nossas escolhas decidem o nosso futuro", afirmou o presidente em um curto discurso de pouco mais de dois minutos.

PLEBISCITO. Protocolado ontem, o plano de Ciro está fundamentado no que chama de Projeto Nacional de Desenvolvimento (PND). Ele propõe que as principais reformas passem nos primeiros seis meses de governo em formato de plebiscito popular. O candidato sugere ainda que o País pode crescer de forma "econômica e sustentável" com um pacto entre os setores público e privado em torno de metas. Para combater o desemprego, a campanha de Ciro propõe a criação de um programa de renda mínima universal, englobando o Auxílio Brasil, seguro-desemprego e aposentadoria rural.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Consignado do Auxílio Brasil

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou, na última quarta-feira (3), a lei (nº 14.431) que permite o empréstimo consignado para beneficiários do Auxílio Brasil, programa de transferência de renda substituto do Bolsa Família. Após a sanção, as instituições financeiras já poderiam ofertar modalidade, mas ainda aguardam a regulamentação para colocá-la em prática. Pela legislação, não há limite de taxa de juros para esse grupo, a ser definida pelos próprios bancos.

A medida, contudo, tem sido criticada devido ao risco de endividamento de uma população já em situação de vulnerabilidade econômica.

Para Juliana Barbosa, economista e especialista em finanças, também há a possibilidade de assédios por partes de instituições contra os beneficiários que possuem baixa escolaridade, induzindo-os a contratar o crédito sem o conhecimento adequado sobre as condições oferecidas. "Esse valor, que agora passará a ser de R\$ 600, é a única fonte de renda para muitos. Nesse contexto, ter quase metade do benefício (40%) bloqueado para pagar parcela de empréstimo é preocupante", observa.

O benefício temporário de R\$ 600 começou a valer a partir desta terça-feira (9), mas só terá validade até o fim do ano. Depois disso, volta a ser R\$ 400.

Todavia, o presidente Bolsonaro (PL) e o ex-presidente Lula (PT), candidatos mais bem posicionados nas pesquisas, já prometeram manter os R\$ 600, mas, por ora, esse valor tem dia para acabar. Segundo o Ministério da Cidadania, em agosto, 20,19 milhões de famílias serão beneficiadas pelo programa.

Consignado são empréstimos cujo pagamento é descontado diretamente na folha de pagamento do contratante. No caso, do Auxílio Brasil, por exemplo, o beneficiário receberá apenas o valor restante da parcela da dívida.

Geralmente, essa modalidade tem umas das taxas de juros mais baratas devido ao baixo risco de crédito ao mercado, considerando ser voltado para idosos, pensionistas, funcionários públicos e empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por isso, há muito assédio por parte das instituições financeiras.

Taxas elevadas

Entretanto, no caso do Auxílio Brasil, a previsão é que

as taxas de juros sejam mais elevadas por não ter um limite definido e por ser um perfil de maior ameaça aos cofres dos bancos. Os beneficiários poderão comprometer até 40% do valor-base do benefício (R\$ 400) com as parcelas. Ou seja, no caso de contratação desse empréstimo, a pessoa receberá R\$ 160 a menos, totalizando renda de apenas R\$ 240. Já as taxas de juros serão definidas pelas instituições. Juliana Barbosa, economista e especialista em finanças, alerta para percentuais elevados. "A União já declarou não ser responsável pelos riscos da operação. Esses riscos serão dos bancos e de instituições financeiras que liberarem o empréstimo. Já existem financeiras cobrando juros de 80% ao ano. Quase 7% ao mês", explica.

"De longe, será um juro muito maior que os cobrados em empréstimos consignados a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que gira em torno de 2% ao mês", completa.

Todavia, os outros grupos previstos na nova legislação já têm teto definido. Veja como fica: Beneficiários do Auxílio Brasil: taxa de juros será definida individualmente pelos bancos; aposentados e pensionistas: 2,14% ao mês; operações realizadas pelo cartão de crédito consignado: 3,06% ao mês.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), as instituições ainda aguardam a regulamentação das condições do empréstimo.

"Após a publicação das portarias e decretos que regulamentarão a operação de crédito consignado para os beneficiários do Auxílio Brasil, caberá a cada instituição financeira estabelecer os critérios para a concessão do crédito", informou a entidade. Ainda conforme a Febraban, "a contratação da operação, quando do início de sua oferta, seguirá os principais canais já disponibilizados pelas instituições financeiras que operarem com o produto".

Apesar disso, espera-se que os públicos da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil (BB) sejam os únicos grandes bancos a ofertarem a modalidade. Em razão do risco, Bradesco, Itaú, Santander, Nubank e BMG já disseram ao jornal O GLOBO que não vão oferecer o crédito. Algumas financeiras, porém, já praticam um pré-cadastro para a liberação do recurso a beneficiários.

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Petro apresenta projeto de reforma tributária

COLÔMBIA O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, propôs aumentar os **impostos** sobre os mais ricos como parte de um ambicioso projeto de **reforma tributária**, sua primeira grande proposta legislativa com a qual espera obter recursos suficientes para cumprir seus programas sociais, incluindo o combate à pobreza.

Com a reforma, Petro espera arrecadar US\$ 5,76 bilhões até 2023. A proposta, além de reduzir benefícios fiscais para os colombianos mais ricos, amplia **impostos** para os setores de mineração e petróleo e aperta o cerco contra a sonegação.

A ideia é mais ambiciosa do que a proposta de 2021 feita pelo governo do ex-presidente Iván Duque (2018-2022), que teve de mudar completamente a reforma após manifestações massivas contra o aumento de **impostos** que afetava a classe média e os mais vulneráveis. Duque conseguiu aprovar um texto que ampliou em US\$ 3,6 bilhões a arrecadação.

No discurso de posse, no domingo, Petro disse que a política fiscal é um ato de solidariedade, pelo qual quem tem mais recursos pagaria mais **impostos**, enquanto o Estado ficaria a cargo de distribuir a renda para os mais vulneráveis.

"Nossa meta é arrecadar com as pessoas que têm renda mensal acima de US\$ 2.300, que são 2% da população colombiana", disse o novo ministro da Fazenda, José Antonio Ocampo.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Inflação cai, mas comida segue em alta

Rafaela gonçalves

Refletindo a queda dos combustíveis, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial, registrou baixa de 0,68% em julho. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi a primeira vez que o índice ficou no campo negativo e a menor taxa registrada desde o início da série histórica, em janeiro de 1980. Em contrapartida, o custo da alimentação continua sem dar trégua aos brasileiros, registrando alta média de 1,30% no mês passado.

No dia 20 de julho, a Petrobras anunciou uma redução de R\$ 0,20 no preço da gasolina vendida para as distribuidoras. Além disso, a Lei Complementar 194/22, sancionada no final de junho, que reduziu o ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e comunicações, também impactou no resultado. Por conta disso, a gasolina teve queda de 15,48% no mês passado. E a redução do imposto afetou não só o grupo de transportes do IPCA, que recuou 4,51%, mas também o de habitação, que teve queda de 1,05%, por conta da diminuição de 5,78% no preço da energia elétrica residencial.

No entanto, segundo o economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) André Braz, só deve sentir realmente o resultado da deflação a população de renda mais alta. Já as famílias de baixa renda devem comprometer ainda mais o orçamento com a compra de alimentos: os produtos de alimentação e bebidas tiveram, mais uma vez, a maior variação - 1,30% - dos grupos do IPCA, com impacto positivo 0,28 ponto percentual no índice de **inflação** do mês.

"Brasileiros de classe média baixa não vão perceber a deflação, porque não têm despesas representativas com gasolina, que é um bem de luxo pertencente à classe média alta. E a energia elétrica já era tributada em muitos estados de forma diferenciada para consumo reduzido. Uma família de baixa renda, com uma casa pequena e poucos eletrodomésticos, já não tinha uma demanda de energia com ICMS acima de 18%, logo não vai perceber a queda", avaliou Braz. O economista observou ainda que, se a **inflação** caiu em função de um grupo concentrado de produtos, cerca de dois terços dos itens pesquisados pelo IBGE apresentaram alta de preços.

Angela Aires, de 40 anos, é zeladora e mora com o filho, de 20 anos, que ajuda a complementar a renda

domiciliar. Ela contou que tiveram momentos difíceis neste ano, devido ao alto custo da cesta básica. "Chegou uma hora em que optei por comer mais fora de casa, até pelo preço da energia. Então, nos últimos meses, fiz poucas compras no mercado. Os preços chegavam a assustar, parecia que o preço subia todo dia."

Laticínios

A alta do grupo de alimentação, em julho, foi puxada mais uma vez pelo leite longa vida, que subiu mais de 25%. Em consequência, derivados como queijo e manteiga também registraram fortes altas. O leite contribuiu especialmente para o resultado da alimentação no domicílio, que acelerou de 0,63% em junho para 1,47% em julho. Outro destaque foram as frutas, com alta média de 4,40% e impacto de 0,04 ponto no IPCA de julho.

Adalberto Gomes, de 60 anos, mora no Cruzeiro e é eletricitário. Ele disse que os preços melhoraram para alguns produtos e pioraram para outros, mas a **inflação** dos últimos meses o fez mudar de estratégia durante as compras. "Fazia feira mensalmente, agora tem que ser de 15 em 15 dias para aliviar o cartão de crédito. Algumas coisas melhoraram, como o quilo de tomate, mas tudo está caro. A gente tem que escolher. Troco carne por frango e não compro mais queijo. Leite, nem coloco no carrinho", contou.

Segundo o gerente da pesquisa do IBGE, Pedro Kislánov, os alimentos subiram mais uma vez em função de efeitos sazonais, como a chuva escassa no inverno. "Essa alta do produto se deve, principalmente, a dois fatores, Primeiro, estamos no período de entressafra, que vai de março até setembro, outubro, ou seja, um período em que as pastagens estão mais secas, o que reduz a oferta de leite no mercado. Segundo, os custos da produção estão muito altos", explicou Kislánov.

Apesar do índice negativo em julho, no ano a **inflação** acumulada é de 4,77% e, nos últimos 12 meses, de 10,07%, bem acima do centro da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2022, de 3,5%. A tendência, segundo André Braz, é que a **inflação** desacelere nos próximos meses, com as principais economias do mundo "colocando um pezinho na recessão".

Algumas coisas melhoraram, como o quilo de tomate, mas tudo está caro. A gente tem que escolher.

Troco carne por frango e não compro mais queijo.
Leite, nem coloco no carrinho" Adalberto Gomes,
eletricitário

Causas da inflação permanecem (Editorial)

Prevista há semanas pelos especialistas, a deflação de 0,68% em julho proporciona poucos motivos para comemoração, principalmente por causa dos preços da comida, com aumentos de 1,30% no mês e 14,72% em 12 meses. Dos nove grupos de bens e serviços pesquisados, só transportes e habitação tiveram variação negativa, puxada pelos preços dos combustíveis (-14,15%) e da energia elétrica residencial (- 5,78%). Os outros sete continuaram em alta. A taxa de -0,68%, a mais baixa da série iniciada em janeiro de 1980, resultou de manobras político-eleitorais para baratear combustíveis e eletricidade - reduções de **impostos** e revisões extraordinárias de tarifas. Derrubaram-se alguns preços, mas nenhuma causa de **inflação** foi atacada. Os números são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Embora tragam algum alívio imediato, medidas eleitoreiras podem resultar em novas pressões inflacionárias nos próximos meses e, muito provavelmente, no próximo ano. Cortes de **impostos**, aumento do Auxílio Brasil, benefícios a caminhoneiros, outras bondades fiscais e as incertezas sobre o futuro das contas públicas tendem a causar instabilidade de preços.

Esses fatores estão no radar do Copom, o Comitê de Política do Banco Central (BC).

Na semana passada o comitê elevou de 13,25% para 13,75% ao ano a taxa básica de juros. Se houver novo aumento em setembro, será provavelmente para 14%. Mas essa e outras altas dependerão do exame de novos dados. Segundo a ata da última reunião do Copom, realizada nos dias 2 e 3, "políticas temporárias de apoio à renda" podem elevar os prêmios de risco, afetar a trajetória das contas públicas e aumentar as expectativas inflacionárias. Essas políticas incluem, obviamente, as bondades eleitoreiras com custo estimado em R\$ 41,2 bilhões neste ano.

Além das pressões inflacionárias internas, o Copom leva em conta as cotações internacionais de produtos básicos, a **inflação** nas grandes economias e as ações - basicamente aumentos de juros - implementadas no mundo rico para conter a alta de preços. Na política de aperto contra a **inflação**, o banco central dos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed), é o mais avançado, até agora.

Juros mais altos nesses países mexem com os fluxos de capitais e com as taxas de câmbio. Isso favorece a

saída de recursos dos países emergentes e a valorização do dólar, limitando o campo de ação dos bancos centrais do Brasil e de vários outros países. Também por isso o Copom terá menos espaços, no futuro próximo, para afrouxar sua política.

Mas esse é apenas um dos motivos para manter elevada a taxa básica de juros. Com a insegurança fiscal agravada neste ano e seus prováveis efeitos em 2023, o Copom terá motivos locais para manter os juros elevados por bom tempo e reduzi-los lentamente.

Pelas estimativas atuais, a **inflação** deverá ficar bem próxima da meta em 2024, segundo ano do próximo governo, quando o centro do alvo estará em 3%.

Até lá o Copom terá de persistir no esforço para frear a alta de preços, mesmo com o custo de restringir o crescimento econômico.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Orçamento de 2023 não tem lugar para R\$ 142,7 bilhões em promessas

**ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA**

O Orçamento de 2023, que o governo precisa enviar até o fim do mês para análise do Congresso, já tem um buraco de R\$ 142,7 bilhões caso todas as principais promessas do presidente Jair Bolsonaro sejam atendidas. Entre elas, estão a manutenção do valor de R\$ 600 para o Auxílio Brasil; a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF); o reajuste salarial para os servidores; e a prorrogação da desoneração dos **impostos** federais sobre o diesel, gás de cozinha e gasolina.

Economistas de fora do governo avaliam que o projeto orçamentário corre o risco de se transformar numa peça de "ficção", que serviria mais para turbinar a campanha à reeleição de Bolsonaro.

A área econômica já reservou R\$ 17 bilhões para a correção da tabela do IR e outros R\$ 11,7 bilhões para o funcionalismo, mas ainda tenta demover o Palácio do Planalto da promessa de manter a desoneração da gasolina, deixando apenas a prorrogação da desoneração do diesel.

Se a desoneração valer para os dois, o custo extra chegaria a R\$ 54 bilhões. O projeto de Orçamento não deverá especificar como a reserva para o aumento dos salários será dividida entre as carreiras, tampouco o modelo de correção do IR.

Em entrevista recente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, acenou com a possibilidade de correção dos salários com base na **inflação** prevista para o ano que vem, mas técnicos do governo preferem priorizar algumas carreiras que têm hoje salários mais defasados em relação à iniciativa privada.

Os técnicos do Ministério da Economia buscam ainda uma saída técnica para não incluir o Auxílio Brasil de R\$ 600 no projeto de Orçamento por falta de espaço no teto de gastos, mas Bolsonaro tem cobrado a elevação do piso do benefício social. Ele até já se adiantou e acenou com o envio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para acomodar o aumento de gastos.

Com o valor do Auxílio em R\$ 400, o custo das promessas a serem "incluídas" no projeto de

Orçamento cai para R\$ 92,8 bilhões. Nesse cenário, segundo apurou o Estadão, o orçamento do Auxílio Brasil subiria R\$ 10,1 bilhões no ano cheio, passando de R\$ 89 bilhões para R\$ 99,145 bilhões.

Com R\$ 600, o valor chegaria a R\$ 150 bilhões, sem considerar mais recursos para os benefícios adicionais previstos no programa - como o auxílio rural, urbano e creche.

"DOIS ORÇAMENTOS".

Técnicos do governo avaliam que a elaboração do projeto está sendo mais complexa porque existiria um Orçamento do "candidato" e outro do "presidente".

Um dos riscos é o governo prever gastos menores do que é esperado para acomodar as demandas do presidente.

O espaço poderia ser maior se o Ministério da Economia não tivesse ainda de acomodar cerca de R\$ 19 bilhões em emendas parlamentares de relator, provenientes do chamado orçamento secreto. O presidente acertou que não vai vetar essas emendas na sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para o coordenador do Observatório Fiscal da Fundação Getúlio Vargas, Manoel Pires, o custo do lado da redução das receitas seria mais fácil de ser acomodado com o aumento do déficit previsto para o ano que vem.

Já do lado das despesas, o teto de gastos é um limitador legal.

Segundo ele, é possível incorporar as renúncias de **tributos** no Orçamento sem precisar compensação com o corte de despesas ou aumento de **tributos**.

"Está ficando evidente que tem muita coisa fora, e que o Orçamento está ficando cada vez mais distante do que o País precisa", diz Pires. Para a economista da Tendências Juliana Damasceno, seria "enorme" a probabilidade de o Orçamento a ser enviado para o Congresso ficar mais próximo de uma "peça de ficção". "A gente já viu isso acontecer antes.

E, neste ano, por motivo eleitoral, o Orçamento acabou se desvirtuando do seu compromisso."

Conta de bilhões

O que Bolsonaro quer pôr no Orçamento de 2023

Aumento do Auxílio Brasil Com extensão do benefício de R\$ 400 para mais 2,2 milhões de famílias, que exige R\$ 10,141 bilhões para acomodar as novas famílias, o custo total do programa é de: R\$ 99,145 bilhões Adicional caso o Auxílio Brasil seja de R\$ 600 em 2023: R\$ 60 bilhões

Reajuste dos servidores do Executivo R\$ 11,7 bilhões

Alívio na tributação de combustíveis Prorrogação da desoneração do PIS/Cofins sobre diesel, biodiesel, GLP e gás natural: R\$ 18 bilhões

Mudança no Imposto de Renda de Pessoa Física Correção da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física com ampliação da faixa de isenção: R\$ 17 bilhões

Desoneração da gasolina Desoneração de Cide e de PIS-Cofins: R\$ 36 bilhões

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ainda o calote da PEC dos Precatórios (Artigo)

Maílson da Nóbrega Ex-ministro da Fazenda (1988-1990, governo Samey) e sócio da Tendências Consultoria Integrada

Encontram-se sob exame do Supremo Tribunal Federal duas ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) sobre as emendas constitucionais 113 e 114, ambas de 2021.0 autor de umadelaséo PDT; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e outros movem a segunda.

As duas emendas ficaram conhecidas como PEC do Calote. Patrocinadas pelo Executivo, elas suspenderam parcialmente o pagamento de precatórios, que são obrigações líquidas e certas da União, reconhecidas judicialmente por tribunais superiores. Estabeleceu-se um limite a ser pago em 2022, de cerca de R\$ 40 bilhões, equivalente ao valor quitado no exercício anterior. O restante será pago a perder de vista.

Ações semelhantes ocorreram contra as emendas 30 e 62, de 2000 e 2009, respectivamente. Ambas foram consideradas inconstitucionais pelo STF, eis que violavam direitos admitidos como incontestáveis. Em todos esses casos, precatórios foram considerados obrigações de segunda categoria, sujeitos a suspensão unilateral. Ao contrário, todavia, eles incorporam a mesma relevância dos títulos públicos federais, pois o devedor é o mesmo: o Tesouro Nacional.

O governo utilizou argumentos improcedentes para defender a barbaridade. Primeiro, o de que o valor (R\$ 89 bilhões) seria um "meteoro" que teria surpreendido o Tesouro. O ex-ministro Henrique Meirelles provou que a tese era falsa. Meteoros têm trajetória conhecida anos antes de cair na Terra. A equipe econômica é regularmente informada sobre as respectivas decisões judiciais. Não havia como alegar surpresa.

O segundo argumento foi o da ausência de espaço no teto de gastos para abrigar aquela quantia. O próprio governo o desmentiu. Desde a aprovação da PEC do Calote, o Ministério da Economia apoiou a aprovação de despesas adicionais de cerca de R\$ 300 bilhões, compreendendo triplicação do valor do Auxílio Brasil, duplicação do vale gás, aumento do Fundo Eleitoral, subsídios para taxistas e caminhoneiros e por aí afora.

Uma manobra mudou o período de cálculo do teto com o objetivo de abrir espaço para acolher despesas de cunho eleitoral, grande parte fora do mesmo teto.

O limite para o pagamento anual dos precatórios, de cerca de R\$ 40 bilhões, transfere o restante para exercícios seguintes. Em cinco anos, a bola de neve pode acumular perto de R\$ 500 bilhões. Caso o STF acolha as Adins, o governo colherá o problemão que plantou. Terá de socorrer-se do Congresso para encontrar uma forma de acomodar os pagamentos em atraso. O teto de gastos, já desmoralizado, irá para o espaço de vez, privando o país do mínimo de estabilidade fiscal. O desequilíbrio orçamentário nos colocaria de volta no inferno da **inflação** alta e sem controle.

Para evitar a volta do processo hiperinflacionário, uma emenda constitucional será aprovada às pressas, o que não parece constituir um grande desafio, a julgar pelas muitas e recentes emendas que feriram o teto de gastos. O valor dos precatórios seria excluído desse limite ou de outra regra fiscal que estiver então vigente.

Nada disso precisaria ter acontecido se essa mesma medida tivesse sido adotada em 2021, quando se discutia a PEC do Calote. O deputado federal Marcelo Ramos (PSD-AM) apresentou uma proposta pela qual defendia exatamente o mesmo tratamento para os precatórios, ou seja, excluí-los do cálculo do teto. A justificativa, inteiramente procedente, era a ausência de meios para controlar as respectivas obrigações.

De fato, é assim que diz a emenda constitucional 95, de 2016, a do teto, que exclui os gastos associados às atividades da Justiça Eleitoral Não teria havido o calote, não se teria assistido ao aumento da percepção de risco do país e não se teria violentado uma regra sagrada em sistemas capitalistas dignos desse nome, qual seja a da preservação de direitos de propriedade (o da titularidade dos precatórios). Que fique a lição.

[...] Caso o STF acolha as Adins [ações diretas de inconstitucionalidade], o governo colherá o problemão que plantou. Terá de socorrer-se do Congresso para encontrar uma forma de acomodar os pagamentos em atraso. O teto de gastos, já desmoralizado, irá para o espaço de vez, privando o país do mínimo de

estabilidade fiscal

Maílson da Nóbrega Ex-ministro da Fazenda (1988-1990, governo Samey) e sócio da Tendências Consultoria Integrada

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

99

Patrimônio de Lira mais do que dobra em 4 anos

Felipe Bächtold são paulo

O patrimônio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mais do que dobrou nos últimos quatro anos, segundo informou o deputado em sua declaração de bens à Justiça Eleitoral.

Em 2018, Lira, que é agropecuarista, disse possuir um total de bens de R\$ 1,7 milhão (ou R\$ 2,2 milhões corrigidos pela inflação do período). Em sua ficha de candidato deste ano, publicada no site da Justiça Eleitoral nesta terça (9), a soma do patrimônio dele passou para R\$ 5,965 milhões.

Parte dessa diferença se deve a uma casa que passou a ser declarada pelo candidato no valor de R\$ 1,2 milhão. O segundo item de maior valor declarado do deputado é um depósito em conta-corrente no valor de R\$ 827 mil.

Além da casa, aparecem na declaração ao menos outros três "bens imóveis" que não constavam há quatro anos. O deputado tentará em outubro seu quarto mandato consecutivo.

Reportagem da Folha mostrou que documentos assinados em um cartório no interior de Alagoas indicam que Lira deixou de declarar à Justiça Eleitoral em 2018 a compra de direitos sobre duas fazendas adquiridos de um grupo de herdeiros no início daquele ano.

Escrituras do negócio, no município de São Sebastião, afirmavam que os direitos de herança sobre imóveis rurais custaram R\$ 728 mil (ou R\$ 955 mil corrigidos pela inflação do período). Isso equivale a mais de 40% do que ele havia declarado à Justiça Eleitoral quatro anos atrás.

Neste ano, a Justiça Eleitoral limitou a quantidade de informações sobre o patrimônio dos candidatos publicadas em seus canais oficiais. A medida, que teve como base a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), motivou reclamações de entidades que atuam com transparência governamental.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

99

Supremo avalia reajuste de 18% e salário de ministros pode ir a R\$ 46 mil

José Marques Brasília

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, marcou para esta quarta-feira (10) uma sessão administrativa que discutirá se a corte encaminha ao Congresso Nacional proposta que eleva, até o segundo semestre de 2024, a remuneração da magistratura em 18%.

Caso o aumento seja aprovado pelos parlamentares, o salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal, teto do funcionalismo, chegaria a R\$ 46,3 mil. Atualmente, o vencimento mensal dos integrantes da corte é de R\$ 39,3 mil.

A sessão será iniciada pela manhã e irá até o começo da tarde. Será virtual e fechada, sem transmissão ou acompanhamento das discussões pela imprensa.

Os ministros do Supremo também decidirão sobre o mesmo percentual de reajuste para servidores do Poder Judiciário. As propostas que serão analisadas foram apresentadas pelo sindicato de servidores e associações de magistrados.

Os sindicatos vêm fazendo manifestações frequentes em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal nos últimos meses.

Segundo o STF, caso as propostas de reajuste salarial sejam aprovadas pelos ministros e pelo Congresso Nacional, os valores serão implementados em quatro parcelas não cumulativas entre abril de 2023 e julho de 2024.

A primeira parcela seria paga para os magistrados e servidores do Judiciário em abril de 2023, a segunda em agosto, a terceira em janeiro de 2024 e a quarta, em julho do mesmo ano.

O último aumento do salário de magistrados foi aprovado em 2018 e o dos servidores em 2016.

O Supremo Tribunal Federal afirma que, numa eventual proposta aprovada, o aumento deverá ser pago com valores do próprio Poder Judiciário, sem necessidade de repasses.

Além do aumento salarial, o tribunal irá examinar a proposta de orçamento do Supremo para 2023, de R\$

850 milhões, que inclui uma recomposição da **inflação** de 10,9% em relação ao orçamento de 2022, que foi de R\$ 767 milhões.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49999>

Poupança perde para inflação há quase dois anos

Embora a **inflação** oficial do país tenha registrado queda de 0,68% em julho, os brasileiros que mantêm algum dinheiro depositado na caderneta de poupança não têm motivos para comemorar.

Levantamento da plataforma de dados financeiros TC/Economica indica que, na janela dos últimos 12 meses encerrada em julho, a rentabilidade real da caderneta de poupança, ou seja, descontada pela variação da **inflação**, ficou negativa em 3,52%.

Os dados do levantamento mostram que a última vez em que a caderneta de poupança apresentou uma rentabilidade positiva no acumulado de 12 meses foi em agosto de 2020, há quase dois anos, portanto, quando o rendimento real ficou em 0,45% no intervalo de um ano.

"A alocação em caderneta de poupança não faz nenhum sentido neste momento", na opinião de Bruno Mori, economista e planejador financeiro com a certificação CFE

"O rendimento real negativo, somado ao fato de que a rentabilidade depende do aniversário mensal para ser pago, torna essa aplicação muito arcaica, desatualizada e ultrapassada", afirma o economista.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49999&_mather=99b60185a03a2da0&_ga=2.31177595.595749010.1660038644-1946347472.1596450023&anchor=6460909&pd=22f1eacd81eac747999922a1ab2fb63

Ibovespa registra a sexta alta consecutiva

São Paulo - O Ibovespa fechou em alta pelo sexto pregão consecutivo ontem, conforme Vale acelerou os ganhos para mais de 2% durante a sessão e Itaú Unibanco avançou 2,6% após resultado robusto de segundo trimestre e melhora de previsões para o ano.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa subiu 0,15%, a 108.565,62 pontos, de acordo com dados preliminares. A alta das ações da Petrobras ajudou a assegurar o encerramento positivo, após o índice cair a 107.841,98 na mínima do pregão. O volume financeiro somava R\$ 25 bilhões.

Na máxima do dia, o Ibovespa chegou a 109.331,29 pontos, um avanço acumulado no mês de quase 6%, o que abriu espaço para realização de lucros, principalmente em ações de consumo, que subiram recentemente diante da aposta de que o ciclo de alta de juros no País acabou ou está perto do fim.

Câmbio - O dólar fechou em alta, superando R\$ 5,15 após mais cedo cair abaixo de R\$ 5,10, com a volta dos compradores espelhando o comportamento externo da moeda antes de aguardados números de **inflação** nos Estados Unidos.

O dólar à vista subiu 0,32%, a R\$ 5,1299, após alcançar R\$ 5,1527 (+0,76%).

A moeda vinha de três recuos seguidos nas quais acumulou perda de 3,11%, período em que o real ficou à frente de seus pares. Nesta terça, a divisa brasileira chegou a registrar o pior desempenho no mercado de câmbio global.

Mais cedo, a cotação havia descido a R\$ 5,0932, queda de 0,40% e mínima intradiária desde 17 de junho. O patamar baixo chamou compradores que também foram estimulados pela recuperação da divisa norte-americana no mercado externo.

O índice do dólar frente a uma cesta de divisas rondava estabilidade no fim da tarde desta terça, apagando desvalorização de 0,35% registrada mais cedo. O clima mais avesso a risco de forma geral -- com queda das bolsas de valores em Nova York e a pressão da alta dos rendimentos dos títulos do Tesouro norte-americano -- ofereceu ímpeto ao dólar.

No Brasil, a **inflação** deu novos sinais de abrandamento e o Banco Central reiterou expectativa do mercado de provável fim do ciclo de alta dos juros, mas o foco dos investidores estava voltado para dados

de preços ao consumidor em julho nos Estados Unidos, a serem divulgados nesta quarta-feira.

O número será conhecido depois de na semana passada um relatório surpreendentemente robusto de emprego nos EUA reavivar apostas em outra grande alta de juros pelo banco central norte-americano, o que teria potencial de fortalecer o dólar.

"Acreditamos que o Federal Reserve-Fed terá que subir o juro-base muito além do que o mercado precifica. No médio prazo, isso quer dizer dólar americano ainda forte, mercados mais voláteis e juro ainda mais alto no mundo desenvolvido", disseram em carta mensal gestores da Galapagos Asset. (Reuters)

Rentabilidade dos bancos deve evoluir, aponta o BC

Brasília - O Banco Central afirmou ontem que a rentabilidade dos bancos no Brasil deve evoluir de forma moderada nos próximos períodos após rápida recuperação em 2021.

Em seu Relatório de Estabilidade Financeira, que leva em conta dados do segundo semestre do ano passado, o BC mostrou que o lucro líquido do sistema foi de R\$ 132 bilhões em 2021, 49% superior ao registrado em 2020, ano com fonte impacto da Covid-19 sobre a economia, e 10% acima do observado em 2019. O valor é o maior da série iniciada em 2014.

Segundo o documento, o resultado de 2021 das instituições financeiras foi impulsionado por crescimento da margem de juros, redução das despesas com provisões e ganhos de eficiência.

O retorno sobre o patrimônio líquido dessas empresas fechou 2021 em 15%, retornando a níveis de 2019. O indicador vinha em alta até ser impactado pelos reflexos da pandemia, chegando a cair até 12,25% em dezembro de 2020, mas depois registrou movimento de alta.

"A rentabilidade do sistema deve se manter resiliente, mas os lucros tendem a crescer em ritmo mais lento", disse a autarquia.

O ano passado marcou o começo do agressivo ciclo de aperto monetário pelo BC com o objetivo de conter a **inflação**, com a taxa básica saindo de 2% ao ano para 9,25% no fechamento de 2021.

Com a retomada da atividade após o arrefecimento da pandemia, o estoque de crédito cresceu 16,5% no ano passado, enquanto as taxas médias de juros saltaram a 33,9% --estavam em 25,5% no fim de 2020. O spread bancário no crédito livre também aumentou no ano, de 20,9 pontos percentuais em 2020 para 23,7 pontos.

Para a autoridade monetária, o cenário para 2022 é de atividade econômica mais fraca, menor crescimento do crédito, aumento da inadimplência para médias históricas e de custo de captação e operacional mais altos, elementos que representam obstáculos para a evolução da rentabilidade dos bancos.

O BC afirmou que a margem de crédito foi

pressionada pela alta nos juros, mas deve se beneficiar das concessões a taxas de juros mais altas e crédito mais rentável.

O documento apontou que após período de recuo, as despesas dos bancos com provisões líquidas estabilizaram no nível pré-pandemia e não devem favorecer o aumento da rentabilidade.

Em outro fator, o BC disse que as receitas de serviços dessas instituições devem crescer menos em 2022 porque a melhora da atividade econômica deverá ser mais fraca no ano.

Sem risco - No documento, o BC informou que suas análises indicam não haver risco relevante para a estabilidade financeira do País.

"Testes de estresse de capital demonstram que o sistema bancário está preparado para enfrentar todos os choques macroeconômicos simulados", disse, acrescentando que o sistema financeiro mantém provisões adequadas, além de capitalização e liquidez confortáveis.

Segundo a análise, a dinâmica das empresas no País mostra situação econômico- financeira melhorando, crédito bancário crescendo acima do ritmo pré-pandemia e materialização de risco em queda.

A autoridade monetária ressaltou que o risco fiscal elevado e o processo de aperto monetário em curso continuam impactando as condições financeiras atuais e, conseqüentemente, a atividade econômica corrente e futura.

O documento mostrou que a confiança do mercado na estabilidade financeira permanece elevada, embora tenha recuado levemente.

"As instituições financeiras manifestaram preocupação com o risco fiscal e com a **inflação** doméstica, menor confiança na recuperação da atividade econômica e queda na disposição para tomar riscos", disse. (Reuters)

Gastos sociais e desaceleração global reforçam cautela do BC

Nathalia Garcia

Políticas temporárias de apoio à renda no cenário doméstico e desaceleração da atividade global em ambiente de **inflação** pressionada reforçam a cautela do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central sobre os juros, conforme ata divulgada nesta terça (9).

Na semana passada, o Copom repetiu a dose de 0,5 ponto percentual, elevando a Selic a 13,75% a^o ano, e deixou a porta aberta para um possível ajuste residual na próxima reunião, em setembro.

Na ata, o comitê repetiu que avaliará a necessidade de uma nova alta de menor magnitude, ou seja, de 0,25 ponto.

"Além disso, dada a persistência dos choques recentes, o comitê seguirá vigilante e avaliará se somente a perspectiva de manutenção da taxa básica de juros por um período suficientemente longo assegurará tal convergência", afirmou.

No último encontro, o Copom estendeu o período de avaliação até o primeiro trimestre de 2024, quando projeta **inflação** de 3,5%.

A ata diz que a política fiscal pode afetar a **inflação** por meio de vários canais, incluindo atividade, preços de ativos e expectativas.

Nesta terça, o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) iniciou o pagamento de benefícios sociais turbinados à população.

Na corrida ao Planalto, tanto o atual chefe do Executivo quanto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já prometeram que, se eleitos, manterão o Auxílio Brasil no patamar de R\$ 600 em 2023.

"O prolongamento de tais políticas [de apoio à renda] pode elevar os prêmios de risco do país e as expectativas de **inflação** à medida que pressionam a demanda agregada e pioram a trajetória fiscal", afirma a ata.

O Banco Central ressaltou também que ainda não é possível observar grande parte do efeito contracionista que a alta dos juros deve ter sobre a economia, bem

como seu reflexo sobre a **inflação** corrente. De acordo com a ata, esses impactos devem ficar mais evidentes nos indicadores de atividade referentes ao segundo semestre.

A definição do teto de 17% ou 18% da alíquota de ICMS sobre combustíveis e energia elétrica, o Brasil teve deflação (queda de preços) de 0,68% em julho, informou nesta terça o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Mesmo com a trégua mensal, o índice de **inflação** oficial do país segue em dois dígitos no acumulado de 12 meses. Até julho, a alta foi de 10,07%

O prolongamento de tais políticas [de apoio à renda] pode elevar os prêmios de risco do país e as expectativas de **inflação** à medida que pressionam a demanda agregada e pioram a trajetória fiscal

trecho da ata do Copom

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49999&_mather=99b60185a03a2da0&_ga=2.31177595.595749010.1660038644-1946347472.1596450023&anchor=6460909&pd=22f1eacd81eac747999922a1ab2fb63